

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (BIB) submete a vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico: Alguns focos de incerteza do panorama global tiveram um encaminhamento mais construtivo ao longo do mês de dezembro. A primeira fase do acordo comercial entre EUA e a China foi acertada, com a retirada de alguns impostos americanos sobre produtos importados da China. Na Europa, os riscos relacionados ao Brexit também diminuíram. Foram realizadas eleições gerais no Reino Unido, que garantiram ao Partido Conservador, ao qual pertence o primeiro ministro Boris Johnson, uma ampla maioria no parlamento britânico. Com esse resultado reduziu-se a probabilidade de uma saída desordenada do Reino Unido de dentro da União Europeia, que prevê uma transição gradual para o processo do Brexit. São sinais de que a economia global começa o novo ano em um tom mais positivo, com menores incertezas políticas e com sinais mais evidentes de uma estabilização do crescimento global. Internamente, os indicadores domésticos mostraram uma aceleração gradual do crescimento econômico. Pelo lado do consumo, joga a favor o aumento do emprego, com fortalecimento do mercado de trabalho, favorecendo a ampliação da massa real de salários. A expansão do crédito deve ser outra força a puxar o consumo. O custo dos empréstimos deve recuar, acompanhando as baixas taxas de inflação Selic em patamar reduzido e pelas regulamentações do BC, visando diminuir custos e ampliar a competitividade bancária. Os investimentos já se beneficiam da expansão da construção civil puxada pela demanda de pessoas físicas, atraídas pela redução dos custos de financiamento. Mas serão as inversões em infraestrutura com as privatizações e concessões que deverão impulsionar o avanço dos investimentos. Conforme o governo avance na agenda para aprovação das reformas administrativas e tributária, visando um equilíbrio fiscal maior e um melhor ambiente para negócios, somadas a uma pequena melhora do PIB para o ano e de uma inflação relativamente baixa, esperamos uma leve retomada da atividade econômica. A Administração do BIB manterá o foco na manutenção dos altos índices de liquidez e do perfil conservador na concessão de crédito.

Perfil de Atuação: O Banco Industrial do Brasil atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo. A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis. A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir *funding* competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do período representava 68,7% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 15,1%.

Desempenho: O BIB registrou lucro líquido de R\$ 61,2 milhões no exercício de 2019, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 11,7% no período. O patrimônio líquido, no encerramento do exercício, atingiu o saldo de R\$ 540,5 milhões.

Crédito: A carteira de crédito do Banco, incluindo garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 2.765,6 milhões, representando aumento de 10,8% quando comparado com o mesmo período do ano passado. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 1,7% da carteira ao final do exercício, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias. O segmento de *middle market* representou 84% da carteira total, com um volume de R\$ 2.318,2 milhões, incluídas as operações de compra de ativos, conforme nota explicativa nº 12. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, apresentou um aumento de 27,2%, totalizando R\$ 447,4 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações: As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 2.789,6 milhões no final do exercício, representando crescimento de 8,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da Instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo, interfinanceiros e letras financeiras. Tais carteiras atingiram, no encerramento do exercício, o saldo de R\$ 2.097,9 milhões, representando crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período de 2018.

Governança Corporativa

Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e *Compliance* adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas, a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da Instituição, através de seus Agentes Setoriais de *Compliance*, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de *Compliance* e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de *rating*. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agridem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos. Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro; e c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes. O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

Gerenciamento de Riscos: Em atendimento à Circular nº 3.678/13 do CMN, o BIB divulga trimestralmente o relatório de Gerenciamento de Riscos, através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos, encontram-se aderentes à referida Resolução.

Recursos Humanos: O Banco Industrial do Brasil encerrou o semestre com 274 colaboradores, incluindo 3 menores aprendizes, 5 através de programa social e 32 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings: Seguem os *ratings* obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco: • **Moody's:** Ba2 (Global) / Aa3 (Nacional) / Perspectiva Estável; • **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure:* Excelente.

Relacionamento com os Auditores: De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos: Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controlador		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante		<u>2.599.373</u>	<u>2.392.014</u>	<u>2.599.802</u>	<u>2.394.235</u>
Disponibilidades	4	<u>19.088</u>	<u>8.937</u>	<u>19.155</u>	<u>9.084</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	<u>346.682</u>	<u>369.233</u>	<u>346.682</u>	<u>369.233</u>
Aplicações no mercado aberto		326.600	363.032	326.600	363.032
Aplicações em moedas estrangeiras		20.082	6.201	20.082	6.201
Títulos e valores mobiliários		<u>29.187</u>	<u>14.021</u>	<u>29.187</u>	<u>14.021</u>
Carteira própria	6	28.580	14.021	28.580	14.021
Vinculados à prestação de garantias		607	-	607	-
Relações interfinanceiras	8	<u>2.654</u>	<u>2.292</u>	<u>2.654</u>	<u>2.292</u>
Créditos vinculados		2.654	2.292	2.654	2.292
Operações de crédito	9,10	<u>964.530</u>	<u>970.577</u>	<u>964.530</u>	<u>970.577</u>
Operações de crédito - Setor privado		986.737	992.526	986.737	992.526
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(22.207)	(21.949)	(22.207)	(21.949)
Outros créditos		<u>1.060.248</u>	<u>842.027</u>	<u>1.060.610</u>	<u>844.101</u>
Carteira de câmbio	11	168.858	138.826	168.858	138.826
Rendas a receber		316	42	316	42
Diversos		<u>891.074</u>	<u>703.159</u>	<u>891.436</u>	<u>705.233</u>
Imposto de renda a compensar		14.940	17.021	15.107	17.194
Créditos tributários	12,16	14.841	11.156	14.841	11.156
Devedores por compra de valores e bens		16.467	27.686	16.467	27.686
Devedores diversos - País	12	8.460	19.634	8.481	19.714
Devedores por depósitos em garantia		82.678	73.916	82.678	75.540
Adiantamentos para pagamento de fornecedores		2.177	2.443	2.333	2.443
Títulos de crédito a receber	9,12	754.821	554.073	754.821	554.073
Diversos		298	442	316	639
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	(3.608)	(3.212)	(3.608)	(3.212)
Outros valores e bens	13	<u>176.984</u>	<u>184.927</u>	<u>176.984</u>	<u>184.927</u>
Bens não de uso próprio		175.834	182.719	175.834	182.719
Despesas antecipadas		1.150	2.208	1.150	2.208
Realizável a longo prazo		<u>836.075</u>	<u>797.032</u>	<u>836.075</u>	<u>797.682</u>
Títulos e valores mobiliários		<u>114.099</u>	<u>167.807</u>	<u>114.099</u>	<u>167.807</u>
Carteira própria	6	82.911	137.249	82.911	137.249
Vinculados à prestação de garantia	6	29.179	30.558	29.179	30.558
Instrumentos financeiros derivativos		2.009	-	2.009	-
Operações de crédito	9,10	<u>634.861</u>	<u>558.499</u>	<u>634.861</u>	<u>558.499</u>
Operações de crédito - Setor privado		649.477	571.132	649.477	571.132
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.616)	(12.633)	(14.616)	(12.633)
Outros créditos	13	<u>86.385</u>	<u>70.324</u>	<u>86.385</u>	<u>70.974</u>
Diversos:					
Créditos tributários	12,16	32.840	29.685	32.840	30.335
Opções por incentivos fiscais		271	271	271	271
Devedores por compra de ativos e valores e bens	9,12	32.034	34.421	32.034	34.421
Títulos de crédito a receber	9,12	21.490	6.171	21.490	6.171
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9,12	(250)	(224)	(250)	(224)
Outros valores e bens	13	<u>730</u>	<u>402</u>	<u>730</u>	<u>402</u>
Despesas antecipadas		730	402	730	402
Permanente		<u>36.268</u>	<u>37.654</u>	<u>29.273</u>	<u>30.514</u>
Investimentos		<u>7.502</u>	<u>7.532</u>	<u>507</u>	<u>392</u>
Participações em controladas	14	6.995	7.140	-	-
Outros investimentos		507	392	507	392
Imobilizado de uso	15	<u>28.766</u>	<u>30.122</u>	<u>28.766</u>	<u>30.122</u>
Imóveis		27.592	27.592	27.592	27.592
Outras imobilizações de uso		15.668	15.601	15.668	15.601
Depreciações acumuladas		(14.494)	(13.071)	(14.494)	(13.071)
		<u>3.471.716</u>	<u>3.226.700</u>	<u>3.465.150</u>	<u>3.222.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controlador		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante		<u>2.097.392</u>	<u>2.137.056</u>	<u>2.091.679</u>	<u>2.133.941</u>
Depósitos	17	<u>1.510.508</u>	<u>1.381.071</u>	<u>1.503.305</u>	<u>1.374.312</u>
Depósitos à vista		147.579	72.456	147.468	72.260
Depósitos interfinanceiros		193.861	87.253	189.098	82.505
Depósitos a prazo		1.169.068	1.221.362	1.166.739	1.219.547
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	<u>173.119</u>	<u>453.740</u>	<u>173.119</u>	<u>453.740</u>
Recursos letras imobiliárias, hipotecárias de crédito		173.119	453.740	173.119	453.740
Relações interdependências		<u>3.011</u>	<u>1.369</u>	<u>3.011</u>	<u>1.369</u>
Recursos em trânsito de terceiros		3.011	1.369	3.011	1.369
Obrigações por empréstimos	17,18a	<u>277.914</u>	<u>28.971</u>	<u>277.914</u>	<u>28.971</u>
Empréstimos no exterior		277.914	28.971	277.914	28.971
Obrigações por repasses no País	17,18b	<u>1.868</u>	<u>3.593</u>	<u>1.868</u>	<u>3.593</u>
BNDES		1.496	2.304	1.496	2.304
FINAME		372	1.289	372	1.289
Obrigações por repasses do exterior	17,18c	<u>1.878</u>	<u>136.098</u>	<u>1.878</u>	<u>136.098</u>
Repasses do exterior		1.878	136.098	1.878	136.098
Instrumentos financeiros derivativos	7	<u>69</u>	<u>47</u>	<u>69</u>	<u>47</u>
Instrumentos financeiros derivativos		69	47	69	47
Outras obrigações	20	<u>129.025</u>	<u>132.167</u>	<u>130.515</u>	<u>135.811</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		175	177	175	177
Carteira de câmbio	11,21	7.873	7.539	7.873	7.539
Sociais e estatutárias		6.562	11.543	6.562	11.543
Fiscais e previdenciárias	20c,21	24.205	20.944	24.380	21.282
Negociação e intermediação de valores		740	63	740	63
Provisão para pagamentos a efetuar		8.246	7.431	8.274	7.470
Provisão para passivos contingentes	19,20	62.622	66.182	62.903	68.087
Provisão para garantias prestadas	19b	723	811	723	811
Credores diversos		17.879	17.476	18.013	17.666
Diversas		-	1	872	1.173
Exigível a longo prazo		<u>832.969</u>	<u>578.359</u>	<u>832.969</u>	<u>578.359</u>
Depósitos	18	<u>256.395</u>	<u>241.557</u>	<u>256.395</u>	<u>241.557</u>
Depósitos interfinanceiros		26.441	5.188	26.441	5.188
Depósitos a prazo		229.954	236.369	229.954	236.369
Recursos de aceites e emissão de títulos	18	<u>312.581</u>	<u>37.323</u>	<u>312.581</u>	<u>37.323</u>
Recursos letras imobiliárias, hipotecárias de crédito		312.581	37.323	312.581	37.323
Obrigações por repasses		<u>262.545</u>	<u>299.430</u>	<u>262.545</u>	<u>299.430</u>
Repasses do País	18,19b	448	2.233	448	2.233
Repasses do exterior	18,19c	262.097	297.197	262.097	297.197
Instrumentos financeiros derivativos	7	<u>1.448</u>	<u>49</u>	<u>1.448</u>	<u>49</u>
Instrumentos financeiros derivativos		1.448	49	1.448	49
Resultado de exercícios futuros		<u>871</u>	<u>1.172</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Participação dos minoritários		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>18</u>
Patrimônio líquido	22	<u>540.484</u>	<u>510.113</u>	<u>540.484</u>	<u>510.113</u>
Capital realizado atualizado:					
De domiciliados no País		372.222	372.222	372.222	372.222
Reserva de reavaliação		73	73	73	73
Reserva de lucros		182.006	152.363	182.006	152.363
(-) Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos		(13.817)	(14.545)	(13.817)	(14.545)
		<u>3.471.716</u>	<u>3.226.700</u>	<u>3.465.150</u>	<u>3.222.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Controlador			Consolidado	
		2º semestre	Exercício		Exercício	
		2019	2019	2018	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		208.487	386.451	407.474	386.451	407.474
Operações de crédito	9f	143.987	280.666	261.106	280.666	261.106
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6e	39.650	83.115	128.281	83.115	128.281
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	807	294	5.372	294	5.372
Resultado de operações de câmbio	11	24.043	22.376	12.715	22.376	12.715
Despesas da intermediação financeira		(122.572)	(222.443)	(268.531)	(221.959)	(267.532)
Operações de captação no mercado	17c	(63.061)	(131.284)	(135.793)	(130.800)	(134.794)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(52.779)	(71.166)	(109.804)	(71.166)	(109.804)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(6.732)	(19.993)	(22.934)	(19.993)	(22.934)
Resultado bruto da intermediação financeira		85.915	164.008	138.943	164.492	139.942
Outras receitas (despesas) operacionais		(41.498)	(81.750)	(85.969)	(81.492)	(86.689)
Receitas de prestação de serviços		5.140	10.845	10.486	12.780	12.298
Receitas de tarifas bancárias		4.054	8.217	5.571	8.217	5.571
Resultado de participações em controladas	14	(423)	(146)	656	-	-
Despesas de pessoal	22	(32.374)	(63.686)	(62.076)	(64.798)	(63.107)
Outras despesas administrativas	23	(14.625)	(28.129)	(28.233)	(28.483)	(28.689)
Despesas tributárias	24	(8.010)	(15.093)	(13.399)	(15.450)	(13.788)
Outras receitas operacionais	25	6.474	8.064	3.041	8.064	3.041
Outras despesas operacionais	25	(1.734)	(1.822)	(2.015)	(1.822)	(2.015)
Resultado operacional		44.417	82.258	52.974	83.000	53.253
Resultado não operacional	26	(4.293)	(4.696)	13.211	(4.696)	13.211
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		40.124	77.562	66.185	78.304	66.464
Imposto de renda e contribuição social	16	(7.001)	(16.319)	(16.091)	(17.061)	(16.370)
Provisão para imposto de renda		(6.579)	(12.501)	(8.662)	(12.563)	(8.815)
Provisão para contribuição social		(5.401)	(9.051)	(7.479)	(9.082)	(7.605)
Ativo fiscal diferido		4.979	5.233	50	4.584	50
Participação dos minoritários		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício / semestre		33.123	61.243	50.094	61.243	50.094
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		191,44	353,97	289,53		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controlador			Consolidado	
		2º semestre	Exercício		Exercício	
		2019	2019	2018	2019	2018
Receitas		<u>206.656</u>	<u>380.824</u>	<u>413.808</u>	<u>382.759</u>	<u>415.620</u>
Receitas de intermediação financeira		208.487	386.451	407.474	386.451	407.474
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		9.194	19.062	16.057	20.997	17.869
Provisão para créditos de liquidação duvidosa						
- Reversão / (Constituição)	10	(6.732)	(19.993)	(22.934)	(19.993)	(22.934)
Outras receitas (despesas) não operacionais	26	(4.293)	(4.696)	13.211	(4.696)	13.211
Despesas de intermediação financeira		<u>(115.840)</u>	<u>(202.450)</u>	<u>(245.597)</u>	<u>(201.966)</u>	<u>(244.598)</u>
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(8.097)</u>	<u>(18.982)</u>	<u>(22.853)</u>	<u>(19.284)</u>	<u>(23.253)</u>
Materiais, energia e outros	23	(7.909)	(15.672)	(14.577)	(15.888)	(14.819)
Serviços de terceiros	23	(4.928)	(9.552)	(9.302)	(9.638)	(9.460)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	4.740	6.242	1.026	6.242	1.026
Valor adicionado bruto		<u>82.719</u>	<u>159.392</u>	<u>145.358</u>	<u>161.509</u>	<u>147.769</u>
Depreciação, amortização e exaustão	23	<u>(708)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(3.485)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(3.485)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>82.011</u>	<u>157.968</u>	<u>141.873</u>	<u>160.085</u>	<u>144.284</u>
Valor adicionado recebido em transferência		<u>(423)</u>	<u>(146)</u>	<u>656</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	(423)	(146)	656	-	-
Valor adicionado a distribuir		<u>81.588</u>	<u>157.822</u>	<u>142.529</u>	<u>160.085</u>	<u>144.284</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>81.588</u>	<u>157.822</u>	<u>142.529</u>	<u>160.085</u>	<u>144.284</u>
Pessoal	22	<u>32.374</u>	<u>63.686</u>	<u>62.076</u>	<u>64.798</u>	<u>63.107</u>
Remuneração direta		20.618	41.708	39.676	42.311	40.260
Benefícios		5.837	10.846	11.654	11.141	11.916
Encargos sociais		5.919	11.132	10.746	11.346	10.931
Impostos, taxas e contribuições	17d,25	<u>15.011</u>	<u>31.412</u>	<u>29.490</u>	<u>32.511</u>	<u>30.158</u>
Federais		13.933	29.435	27.914	30.458	28.459
Municipais		1.078	1.977	1.576	2.053	1.699
Remuneração de capitais de terceiros	23	<u>1.080</u>	<u>1.481</u>	<u>869</u>	<u>1.533</u>	<u>925</u>
Aluguéis		1.080	1.481	869	1.533	925
Remuneração de capitais próprios	21c	<u>33.123</u>	<u>61.243</u>	<u>50.094</u>	<u>61.243</u>	<u>50.094</u>
Juros sobre o capital próprio e dividendos		15.000	31.600	33.800	31.600	33.800
Lucros retidos		18.123	29.643	16.294	29.643	16.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 30 de junho de 2019		372.222	73	24.765	139.118	(16.973)	-	519.205
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	3.156	-	3.156
Lucro líquido		-	-	-	-	-	33.123	33.123
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	21b	-	-	1.656	-	-	(1.656)	-
Reservas estatutárias	21b	-	-	-	16.467	-	(16.467)	-
Remuneração do capital próprio	21c	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>372.222</u>	<u>73</u>	<u>26.421</u>	<u>155.585</u>	<u>(13.817)</u>	<u>-</u>	<u>540.484</u>
Mutações do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.656</u>	<u>16.467</u>	<u>3.156</u>	<u>-</u>	<u>21.279</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		372.222	73	23.361	129.002	(14.545)	-	510.113
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	728	-	728
Lucro líquido		-	-	-	-	-	61.243	61.243
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	21b	-	-	3.060	-	-	(3.060)	-
Reservas estatutárias	21b	-	-	-	26.583	-	(26.583)	-
Remuneração do capital próprio	21c	-	-	-	-	-	(31.600)	(31.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>372.222</u>	<u>73</u>	<u>26.421</u>	<u>155.585</u>	<u>(13.817)</u>	<u>-</u>	<u>540.484</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.060</u>	<u>26.583</u>	<u>728</u>	<u>-</u>	<u>30.371</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		372.222	73	20.856	115.213	(4.911)	-	503.453
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	(9.634)	-	(9.634)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	50.094	50.094
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	21b	-	-	2.505	-	-	(2.505)	-
Reservas estatutárias	21b	-	-	-	13.789	-	(13.789)	-
Remuneração do capital próprio	21c	-	-	-	-	-	(33.800)	(33.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>372.222</u>	<u>73</u>	<u>23.361</u>	<u>129.002</u>	<u>(14.545)</u>	<u>-</u>	<u>510.113</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.505</u>	<u>13.789</u>	<u>(9.634)</u>	<u>-</u>	<u>6.660</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controlador			Consolidado	
		2º semestre	Exercício		Exercício	
		2019	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido ajustado do período		<u>40.932</u>	<u>79.886</u>	<u>69.968</u>	<u>79.740</u>	<u>70.624</u>
Lucro líquido do período	17d	33.123	61.243	50.094	61.243	50.094
Depreciações / amortizações	23	708	1.424	3.485	1.424	3.485
Resultado de participações em controladas	14	423	146	(656)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	6.732	19.993	22.934	19.993	22.934
Provisão para passivos contingentes	20	(3.210)	(3.648)	3.745	(3.648)	3.745
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M.		3.156	728	(9.634)	728	(9.634)
Variação em ativos operacionais - (aumento) / diminuição		<u>(223.931)</u>	<u>(295.910)</u>	<u>(226.946)</u>	<u>(293.547)</u>	<u>(227.054)</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	(20.082)	(13.881)	111.687	(13.881)	111.687
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6b	(8.060)	40.551	(64.194)	40.551	(64.194)
Relações interfinanceiras e interdependências	8a	3.673	1.280	(769)	1.280	(769)
Operação de crédito e operações de arrendamento mercantil	9a	(154.935)	(91.096)	(246.200)	(91.096)	(246.200)
Outros créditos e outros valores e bens	12,13b	(44.527)	(232.764)	(27.470)	(230.401)	(27.578)
Variação em passivos operacionais - aumento / (diminuição)		<u>18.973</u>	<u>(384)</u>	<u>(27.799)</u>	<u>(2.237)</u>	<u>(27.886)</u>
Relações interfinanceiras e interdependências	8	-	-	(3.496)	-	(3.496)
Outras obrigações	21	19.427	456	(24.399)	(1.698)	(24.390)
Resultado de exercícios futuros	21	(154)	(301)	96	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	(300)	(539)	-	(539)	-
Caixa líquido proveniente / (aplicado) das atividades operacionais		<u>(164.026)</u>	<u>(216.408)</u>	<u>(184.777)</u>	<u>(216.044)</u>	<u>(184.316)</u>
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento		<u>7.364</u>	<u>6.702</u>	<u>(49.510)</u>	<u>6.702</u>	<u>(49.510)</u>
Aquisição de investimentos		(9)	(115)	(143)	(115)	(143)
Aplicação no intangível		-	-	(200)	-	(200)
Aquisição / alienação de bens não de uso	13a	7.415	6.885	(49.106)	6.885	(49.106)
Aquisição de imobilizado de uso	14	(42)	(68)	(61)	(68)	(61)
Caixa líquido (proveniente) / aplicado nas atividades de financiamento		<u>(158.809)</u>	<u>183.425</u>	<u>236.068</u>	<u>182.981</u>	<u>235.635</u>
Depósitos	17a	27.649	144.275	340.987	143.831	340.554
Operações compromissadas	17a	(214.737)	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	17a	(5.766)	(5.363)	(75.527)	(5.363)	(75.527)
Obrigações por empréstimos e repasses	17a	49.045	76.113	4.408	76.113	4.408
Remuneração do capital próprio	22c	(15.000)	(31.600)	(33.800)	(31.600)	(33.800)
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		<u>(315.471)</u>	<u>(26.281)</u>	<u>1.781</u>	<u>(26.361)</u>	<u>1.809</u>
Modificações na posição financeira						
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do período	33	661.159	371.969	370.188	372.116	370.307
No fim do período	33	<u>345.688</u>	<u>345.688</u>	<u>371.969</u>	<u>345.755</u>	<u>372.116</u>
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		<u>(315.471)</u>	<u>(26.281)</u>	<u>1.781</u>	<u>(26.361)</u>	<u>1.809</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Industrial do Brasil S.A (Banco) é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco Industrial do Brasil S.A. e suas controladas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração em 27 de janeiro de 2020.

a. Demonstrações Financeiras consolidadas - As Demonstrações Financeiras consolidadas abrangem o Banco Industrial do Brasil S.A. e as suas controladas relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação (%)	
		2019	2018
Participação direta:			
Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,64	99,64
Industrial do Brasil Administração de Créditos Ltda.	Prestação de serviços de crédito	99,99	99,99

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas nos períodos anteriores.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação - • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

3. Descrição das principais práticas contábeis: Os principais critérios adotados para a elaboração das Demonstrações Financeiras são os seguintes:

a. Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d. Moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo - • **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. • **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados e avaliados conforme descrito a seguir: **Títulos e valores Mobiliários** - i. Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. ii. Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e iii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos públicos e debêntures estão classificados na categoria "disponíveis para a venda" e possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do Patrimônio Líquido. **Instrumentos financeiros derivativos** - A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como "hedge" de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente. • **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

efetivamente recebidos. As provisões para créditos em liquidação são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as cedidas com coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso). • **Outros valores e bens - Bens não de uso** - Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em razão de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. • **Outros valores e bens - Despesas antecipadas** - Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado. • **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** - Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável. **f. Ativo permanente - Investimentos** - Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável. O título de sócio efetivo não patrimonial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão é avaliado pelo valor patrimonial, informado pela respectiva bolsa, os incentivos fiscais e outros investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. • **Imobilizado de uso** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens às taxas de 4%, 10% e 20% para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente. **g. Passivos circulante e exigível a longo prazo** - • **Depósitos e captações no mercado aberto** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia. • **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações. • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;". • **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa (Nota Explicativa nº 20). • **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 20). **i. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do período, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e para contribuição social, 15% até agosto de 2015 e 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social (conforme Artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituída a 20%). De janeiro a novembro de 2019, a alíquota para a contribuição social foi de 15%, conforme norma vigente da época. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2003, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. **j. Demonstrações de valor adicionado** - Mesmo com o deferimento pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), de nosso pedido de cancelamento do registro do Banco como emissora de valores mobiliários categoria "B", o Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas do Brasil (BRGAAP) aplicável às companhias abertas. **k. Avais e fianças** - Os avais e fianças prestados pela Instituição são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. De acordo com a Resolução do BACEN nº 4.512/2016, as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

4. Disponibilidades

Moeda Nacional
Moeda Estrangeira
Total

	Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	245	134	312	281
	18.843	8.803	18.843	8.803
Total	19.088	8.937	19.155	9.084

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações no mercado aberto

Até 30 dias

Posição bancada
Letras Financeiras do Tesouro
Letras do Tesouro Nacional
Notas do Tesouro Nacional
Total

	Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	-	311.379	-	311.379
	170.000	6.000	170.000	6.000
	156.600	45.653	156.600	45.653
Total	326.600	363.032	326.600	363.032

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Aplicações em dólar		
De 1 a 30 dias	4.641	2.323
De 181 a 360 dias	15.441	3.878
Total	20.082	6.201

c. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez - Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2019	2018	2019	2018	
Rendas de aplicações em operações compromissadas:						
Posição bancada	14.983	34.273	42.677	34.273	42.677	
Posição financiada	819	1.697	1.694	1.697	1.694	
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	1.716	-	1.716	
Rendas de aplicações em moedas estrangeiras	18.483	34.781	50.006	34.781	50.006	
Total	34.285	70.751	96.093	70.751	96.093	

6. Títulos e valores mobiliários

a. Diversificação por tipo

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Títulos e valores mobiliários	141.277	181.828
Carteira própria	111.491	151.270
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	17.126	13.466
Debêntures	31.321	23.228
Cotas de Fundos	1.527	1.431
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	61.517	113.145
Vinculados à prestação de garantia	29.786	30.558
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	29.786	30.558
Total	141.277	181.828
Parcela de curto prazo	29.187	14.021
Parcela de longo prazo	112.090	167.807

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

b. Diversificação por prazo

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Sem vencimento	1.527	10.668
Até 3 meses	1.212	2.949
A vencer entre 3 e 12 meses	26.448	404
A vencer entre 12 e 36 meses	57.490	69.170
A vencer entre 36 e 60 meses	43.313	59.672
A vencer acima de 60 meses	11.287	38.965
Total da carteira	141.277	181.828

c. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	2019	
	Disponíveis para Venda	
	Controlador e Consolidado	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	46.912	
Cotas de Fundos	1.527	
Debêntures	31.321	
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	61.517	
Total da carteira	141.277	
	2018	
	Disponíveis para Venda	
	Controlador e Consolidado	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	44.024	
Cotas de Fundos	1.431	
Debêntures	23.228	
Ações e cotas	113.145	
Total da carteira	181.828	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

d. Valor de mercado dos títulos - Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	2019		
	Controlador e Consolidado		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (i)	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	46.927	46.912	(15)
Debêntures	57.404	31.321	(26.083)
Cotas de Fundos	1.527	1.527	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	61.517	61.517	-
	<u>167.375</u>	<u>141.277</u>	<u>(26.098)</u>
	2018		
	Controlador e Consolidado		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (i)	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	44.033	44.024	(9)
Debêntures	48.248	23.228	(25.020)
Cotas de Fundos	1.431	1.431	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	113.145	113.145	-
	<u>206.857</u>	<u>181.828</u>	<u>(25.029)</u>

(i) O valor de mercado é apurado com base nos preços dos ativos divulgados por fontes externas, como Anbima, debentures.com e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

e. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2019	2019	2019	2018	2018
Rendas aplicações interfinanceiras de liquidez	15.802	35.970	96.093	35.970	96.093	96.093
Rendas aplicações moeda estrangeira	18.483	34.781	27.916	34.781	27.916	27.916
Títulos de renda fixa	5.029	11.968	4.175	11.968	4.175	4.175
Aplicações em fundos de investimentos	336	396	97	396	97	97
Total	<u>39.650</u>	<u>83.115</u>	<u>128.281</u>	<u>83.115</u>	<u>128.281</u>	<u>128.281</u>

7. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de “*hedge*”. Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco. **Controles de gerenciamento de risco** - As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de “*hedge*”. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de “*hedge*” necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

a. Posição

Operações de swap:

	Controlador e Consolidado			
	2019			
	Valor referencial	Valor da curva - Ativo	Valor da curva - Passivo	Valor líquido a receber
CDI x IGP-M (*)	613	53.663	(53.171)	492
Total	<u>613</u>	<u>53.663</u>	<u>(53.171)</u>	<u>492</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

	Controlador e Consolidado			
	2018			
	Valor referencial	Valor da curva - Ativo	Valor da curva - Passivo	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	1.166	1.954	(2.050)	(96)
Total	1.166	1.954	(2.050)	(96)

Operações de futuro:

	Controlador e Consolidado		Controlador e Consolidado	
	2019		2018	
	Valor de principal		Valor de principal	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*):				
Taxa de juros - DI	11.330	1.157.688	10.179	782.615
Moeda	127.554	29.442	61.900	-
	138.884	1.187.130	72.079	782.615

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas ("hedge") – vide Nota Explicativa nº 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento - Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

	Controlador e Consolidado					Total
	2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	
Operações de swap:						
CDI X IGP-M	(16)	(53)	561	-	-	492
Mercado futuro:						
Posição comprada	41.294	-	97.590	-	-	138.884
Posição vendida	851.451	335.679	-	-	-	1.187.130

	Controlador e Consolidado					Total
	2018					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	
Operações de swap:						
CDI X IGP-M	(12)	(35)	(49)	-	-	(96)
Mercado futuro:						
Posição comprada	9.696	-	10.179	52.204	-	72.079
Posição vendida	782.615	-	-	-	-	782.615

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado. As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos - Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Letras do Tesouro Nacional	27.106	25.581
Cartas de Fiança	15.000	10.000
Total	42.106	35.581

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos - O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	2º semestre		Controlador e Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações de swap	874	752	(194)	
Contratos futuros	(67)	(458)	5.566	
Total	807	294	5.372	

e. Posições de Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos - A Instrução CVM nº 475 de 17/12/2008 dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. Essa análise incluiu: 1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade. 2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). 3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). (*) Percentuais definidos na Instrução CVM nº 475 de 17/12/2008.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

I – Demonstrativo de Posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

<u>Operação / Carteira protegida</u>	<u>Risco</u>	<u>Instrumento financeiro derivativo</u>	<u>Montante da carteira protegida</u>	<u>Posição (a)</u>
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasses do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	96.317	(95.963)	354
Hedge (*) – Banking Pré				
Operações de crédito	Taxa de juros	(1.146.358)	1.918.126	771.768
Total		(1.050.041)	1.822.163	772.122

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Hedge Cambial Dívida em moeda estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(35)	(871)	(1.728)
	Dívida (risco aumento US\$)	59	1.464	2.894
	Efeito Líquido	24	593	1.166
Hedge Banking PRÉ Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	63	1.565	3.112
	Créditos (risco aumento Selic)	(1.345)	(32.485)	(62.794)
	Efeito Líquido	(1.282)	(30.920)	(59.682)
Efeito Líquido - Total		(1.258)	(30.327)	(58.516)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Book Cambial	Queda da moeda estrangeira	354	24	593	1.166
Book Pré	Alta do CDI	771.768	(1.282)	(30.920)	(59.682)
Efeito Líquido Total		772.122	(1.258)	(30.327)	(58.516)

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular BACEN nº 3.082/02.

8. Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

Composição do saldo - O saldo de créditos vinculados estava assim representado:

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Compulsório sobre depósito à vista	968	914
Compulsório micro créditos	1.686	1.378
Total no curto prazo	2.654	2.292

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

9. Operações de crédito, adiantamento de contrato de câmbio e avais, fianças

a. Diversificação por produto

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Setor privado:		
Resolução nº 63	-	77
Contas garantidas	183.243	356.589
Financiamento em moedas estrangeiras	319.325	224.035
BNDES	1.948	4.179
Capital de giro	660.199	613.823
Vendor	9.029	2.422
Direitos creditórios	16.147	9.156
Crédito direto ao consumidor	447.357	351.721
Avais e fianças (*)	146.414	180.363
FINAME	372	1.656
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	153.574	126.115
Rendas a receber adiantamentos concedidos (**)	4.591	2.828
Devedores por compra de valores e bens (Nota Explicativa nº 12)	48.501	62.107
Compra de ativos (***)	774.905	560.244
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>2.765.605</u>	<u>2.495.315</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.404)	(38.829)
Total geral	<u>2.724.201</u>	<u>2.456.486</u>
Total da carteira de crédito sem fiança (*)	<u>2.619.191</u>	<u>2.314.952</u>
Parcela em curto prazo	2.002.048	1.829.540
Parcela em longo prazo	722.153	626.946

(*) As fianças prestadas estão registradas em conta de compensação e sua respectiva provisão no passivo em provisão para garantias prestadas. As fianças prestadas são em resumo garantias financeiras de bancárias, fiscais etc.

(**) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras obrigações - Carteira de câmbio" e as rendas a receber de adiantamentos concedidos registradas na rubrica "Outros créditos - Carteira de câmbio" (vide Nota Explicativa nº 11).

(***) Refere-se à aquisição de direitos creditórios sem coobrigação, relativos a vendas e compras mercantis. Esta operação é avaliada com os mesmos requisitos constantes na Resolução CMN nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e estão registrados no balanço na rubrica "Outros créditos - Diversos" (vide Nota Explicativa nº 12).

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, duplicatas, penhor mercantil e etc. Nas operações de FINAME e de arrendamento mercantil as garantias são os bens objetos dos contratos.

b. Diversificação por atividade

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Setor privado:		
Indústria	565.391	463.384
Comércio	975.623	843.815
Intermediários financeiros	11.404	6.996
Serviços	747.559	784.849
Pessoas físicas	465.628	396.271
Total da carteira	<u>2.765.605</u>	<u>2.495.315</u>

c. Diversificação por prazo

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Setor privado:		
Parcelas vencidas	69.913	40.215
A vencer em até 3 meses	1.274.645	1.201.546
A vencer entre 3 e 12 meses	687.918	612.985
A vencer entre 12 e 36 meses	497.131	450.728
A vencer entre 36 e 60 meses	154.262	130.344
A vencer acima de 60 meses	81.736	59.497
Total da carteira	<u>2.765.605</u>	<u>2.495.315</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

d. Cessão de crédito - Durante o exercício de 2019 foram cedidas operações de ACC sem coobrigação com sociedades não ligadas no montante de R\$ 46.001, no qual gerou uma despesa no montante de R\$ 9.912 (em 2018 não houve operações de cessão de créditos).

e. Concentração do crédito

	2019		2018	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	83.533	3,02%	67.868	2,72%
10 maiores devedores	474.188	17,14%	452.523	18,13%
20 maiores devedores	759.326	27,46%	715.453	28,67%
50 maiores devedores	1.229.246	44,45%	1.152.240	46,18%
100 maiores devedores	1.614.529	58,38%	1.474.690	59,10%

f. Resultado das operações de crédito

	2º semestre	Controlador e Consolidado	
	2019	2019	2018
Operações de crédito			
Rendas de empréstimos	102.457	208.625	211.683
Rendas de direitos creditórios	31.703	55.406	33.916
Rendas de financiamentos	181	466	1.480
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	8.077	12.479	10.307
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	11.481	13.602	3.720
Despesas de cessão de crédito	(9.912)	(9.912)	-
Total de receitas com operações de crédito	143.987	280.666	261.106

10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

	2º semestre	Controlador e Consolidado	
	2019	2019	2018
Saldo no início do período	(44.345)	(38.829)	(32.569)
Constituição de provisão	(6.732)	(19.993)	(22.934)
Baixa para prejuízo	9.673	17.418	16.674
Saldo no fim do período	(41.404)	(41.404)	(38.829)

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

		Controlador e Consolidado			Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
		2019				
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das operações		Total	Total	
		Curso normal	Atraso			
AA	0,0	1.543.047	-	1.543.047	-	-
A	0,5	933.721	-	933.721	4.668	4.668
B	1,0	157.760	14.412	172.172	1.721	1.721
C	3,0	37.596	6.232	43.828	1.314	1.314
D	10,0	14.547	2.525	17.072	1.707	1.707
E	30,0	7.336	20.742	28.078	8.423	8.423
F	50,0	375	3.458	3.833	1.916	1.916
G	70,0	173	7.157	7.330	5.131	5.131
H	100,0	1.137	15.387	16.524	16.524	16.524
Total da carteira		2.695.692	69.913	2.765.605	41.404	41.404

		Controlador e Consolidado			Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
		2018				
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das operações		Total	Total	
		Curso normal	Atraso			
AA	0,0	1.097.933	-	1.097.933	-	-
A	0,5	1.095.588	-	1.095.588	5.478	5.478
B	1,0	187.521	11.110	198.631	1.986	1.986
C	3,0	48.131	7.482	55.613	1.668	1.668
D	10,0	7.515	2.410	9.925	993	993
E	30,0	5.721	3.006	8.727	2.618	2.618
F	50,0	275	1.215	1.490	745	745
G	70,0	1.959	4.932	6.891	4.824	4.824
H	100,0	10.457	10.060	20.517	20.517	20.517
Total da carteira		2.455.100	40.215	2.495.315	38.829	38.829

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 11.481 no 2º semestre e R\$ 13.602 no exercício de 2019 (R\$ 3.720 em 2018). Foram renegociados créditos inadimplentes no montante de R\$ 103.362 em 2019 (R\$ 57.972 em 2018). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

11. Carteira de câmbio

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Ativo – Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	160.606	131.310
Direitos sobre venda de câmbio	3.822	4.688
(-) Adiantamento em moeda nacional recebido	(161)	-
Rendas a receber	4.591	2.828
	<u>168.858</u>	<u>138.826</u>
Passivo – Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	3.787	4.675
Obrigações por compra de câmbio	157.660	128.979
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LA	(131.355)	(119.931)
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LE	(22.219)	(6.184)
	<u>7.873</u>	<u>7.539</u>
Resultado de operações de câmbio		
	2º semestre	Controlador e Consolidado
	2019	2019
Rendas de câmbio	59.371	95.105
Despesas de câmbio	(35.328)	(72.729)
Total	<u>24.043</u>	<u>22.376</u>
		2018
		89.018
		(76.303)
		<u>12.715</u>

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 53.696 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.376 em 2018) estão registradas em contas de compensação.

12. Outros créditos

	Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Carteira de câmbio	168.858	138.826	168.858	138.826
Rendas a receber	316	42	316	42
Créditos tributários (Nota Explicativa nº 16)	47.681	40.841	47.681	41.491
Devedores para compra de valores e bens	48.501	62.107	48.501	62.107
Devedores por depósito em garantia	82.678	73.916	82.678	75.540
Imposto de renda a compensar	14.940	17.021	15.107	17.194
Opções por incentivos fiscais	271	271	271	271
Devedores por compra de ativos (*)	776.311	560.244	776.311	560.244
Devedores diversos – País / exterior	8.460	19.634	8.481	19.714
Adiantamentos para pagamentos de fornecedores	2.177	2.443	2.333	2.443
Diversos	298	442	316	639
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 10)	(3.858)	(3.436)	(3.858)	(3.436)
Total	<u>1.146.633</u>	<u>912.351</u>	<u>1.146.995</u>	<u>915.075</u>
Parcela a curto prazo	1.060.248	842.027	1.060.610	844.101
Parcela a longo prazo	86.385	70.324	86.385	70.974

(*) Refere-se à aquisição de direitos creditórios sem coobrigação, relativos a vendas e compras mercantis. Esta operação é avaliada por meio de parâmetros da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional que apresenta provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 2.206 em 2019 (R\$ 3.197 em 2018).

13. Outros valores e bens

a. Bens não de uso próprio

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Imóveis	175.834	182.719
Total	<u>175.834</u>	<u>182.719</u>

b. Despesas antecipadas

	Controlador e Consolidado	
	2019	2018
Comissão e prêmios	22	23
Despesas antecipadas (i)	1.858	2.587
Total	<u>1.880</u>	<u>2.610</u>
Parcela a curto prazo	1.150	2.208
Parcela a longo prazo	730	402

(i) Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

14. Participações em controladas

	2019 – 2º semestre		
	D.T.V.M.	IB Créditos	Total
Informações sobre investimentos			
Capital social realizado	4.116	1.483	-
Patrimônio líquido	4.793	2.219	-
Lucro / Prejuízo líquido do semestre	(600)	175	-
Cotas	683.500	1.482.436	-
Participação no capital – %	99,64	99,99	-
Resultado da participação em controlada	(598)	175	(423)
Valor contábil dos investimentos	4.776	2.219	6.995
Operações realizadas em controladas (*)			
Ativo:			
Disponibilidades	21	157	178
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.762	-	4.762
Títulos e valores mobiliários	-	2.329	2.329
Resultado:			
Rendas com títulos e valores mobiliários	130	62	192
Rendas de prestação de serviço	-	984	984
	2019		
	D.T.V.M.	IB Créditos	Total
Informações sobre investimentos			
Capital social realizado	4.116	1.483	-
Patrimônio líquido	4.793	2.219	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(554)	406	-
Cotas	683.500	1.482.436	-
Participação no capital – %	99,64	99,99	-
Resultado da participação em controlada	(552)	406	(146)
Valor contábil dos investimentos	4.776	2.219	6.995
Operações realizadas em controladas (*)			
Ativo:			
Disponibilidades	21	157	178
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.762	-	4.762
Títulos e valores mobiliários	-	2.329	2.329
Resultado:			
Rendas com títulos e valores mobiliários	273	121	394
Rendas de prestação de serviço	90	1.935	2.025
	2018		
	D.T.V.M.	IB Créditos	Total
Informações sobre investimentos			
Capital social realizado	4.116	1.483	-
Patrimônio líquido	5.347	1.813	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	289	367	-
Cotas	683.500	1.482.436	-
Participação no capital – %	99,64	99,99	-
Resultado da participação em controlada	289	367	656
Valor contábil dos investimentos	5.327	1.813	7.140
Operações realizadas em controladas (*)			
Ativo:			
Disponibilidades	95	248	343
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.748	-	4.748
Títulos e valores mobiliários	-	1.815	1.815
Resultado:			
Rendas com títulos e valores mobiliários	284	114	398
Rendas de prestação de serviço	605	1.813	2.418

(*) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

15. Imobilizado de uso

	Taxa anual de depreciação (%)	Controlador e Consolidado			
		2019		2018	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Outras imobilizações:					
Imóveis:					
Terreno	-	21.559	-	21.559	-
Edificações	4	6.033	(3.680)	6.033	(3.439)
Subtotal		27.592	(3.680)	27.592	(3.439)
Móveis e equipamentos	10	1.700	(1.404)	1.662	(1.341)
Sistema de comunicação	20	365	(266)	365	(259)
Sistema de processamento de dados	20	2.860	(2.797)	2.831	(2.745)
Sistema de segurança	10	71	(66)	71	(60)
Aeronaves / Veículos	20	10.672	(6.281)	10.672	(5.227)
Subtotal		15.668	(10.814)	15.601	(9.632)
Total		43.260	(14.494)	43.193	(13.071)

16. Créditos tributários - controlador: O Banco e suas controladas adotam procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e para contribuição social. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social (conforme Artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituída a 20%). De janeiro a novembro de 2019, a alíquota para a contribuição social foi de 15%, conforme norma vigente da época. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2003, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam créditos tributários além dos demonstrados no quadro abaixo.

a. Natureza e origem dos créditos tributários

	2019			2018		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.633	8.506	19.139	9.721	5.833	15.554
Marcação a mercado de papéis	6.524	5.220	11.744	6.258	3.754	10.012
Passivo contingente	9.806	6.992	16.798	9.903	5.372	15.275
Total	26.963	20.718	47.681	25.882	14.959	40.841

b. Expectativa de realização: Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (i)
2020	14.841	14.197
2021	1.032	944
2022	1.675	1.466
2023	520	435
2024 (ii)	29.613	23.727
	47.681	40.679

(i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2019 (0,37% a.m.).

(ii) Estimativa para encerramento do processo judicial que originou a provisão para contingências fiscais conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20.

c. Movimentação dos créditos tributários no período

	2019	2018
Saldo no início do exercício	40.841	34.798
Constituição no exercício	16.038	15.582
Reversão / realização no exercício	(9.198)	(9.539)
Saldo no fim do exercício	47.681	40.841
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	8,82%	8,01%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

d. Despesa com imposto de renda e contribuição social – controlador (acumulado)

	2019		2018	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	77.562	77.562	66.185	66.185
Remuneração do capital (JCP)	(31.600)	(31.600)	(33.800)	(33.800)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	45.962	45.962	32.385	32.385
Adições / exclusões	2.147	2.147	5.012	5.012
Resultado de equivalência patrimonial	(1.891)	(1.891)	50	50
Créditos baixados como prejuízo	(16.555)	(16.555)	(16.376)	(16.376)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.199	20.199	21.302	21.302
Passivos contingentes, cíveis e trabalhistas	(399)	(399)	1.552	1.552
Reversão de provisões operacionais – BNDU	-	-	(2.219)	(2.219)
Doações	428	428	382	382
Ajuste a valor de mercado	(613)	(613)	-	-
Lucro no exterior	749	749	-	-
Outras inclusões / exclusões	229	229	321	321
Base de cálculo	48.109	48.109	37.397	37.397
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 20% (CS) – a partir de janeiro de 2019 15% (CS)	7.216	7.216	5.609	7.479
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	4.787	-	3.716	-
Incentivos fiscais	(738)	-	(663)	-
IR / CS diferidos	153	122	-	-
Processos finalizados relativos a 2012	1.083	1.713	-	-
Imposto de renda / contribuição social	12.501	9.051	8.662	7.479

17. Captações

a. Diversificação por produto

	Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos à vista	147.579	72.456	147.468	72.260
Depósitos interfinanceiros	220.302	92.441	215.539	87.693
Depósitos a prazo	1.399.022	1.457.731	1.396.693	1.455.916
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	485.700	491.063	485.700	491.063
Empréstimos no exterior	277.914	28.971	277.914	28.971
Obrigações por repasses no País	2.316	5.826	2.316	5.826
Obrigações por repasses no exterior (**)	263.975	433.295	263.975	433.295
Total	2.796.808	2.581.783	2.789.605	2.575.024

(*) Captações de recursos via Letras Financeiras R\$ 352.389, Letras de Crédito Imobiliário R\$ 126.561 e Letras de Crédito do Agronegócio R\$ 6.750 em dezembro de 2019. Captações de recursos via Letras Financeiras R\$ 272.116 e Letras de Crédito Imobiliário R\$ 218.947 em dezembro de 2018.

(**) Em 1º de junho de 2017, o Banco Industrial do Brasil recebeu do IFC (*International Finance Corporation*) uma linha de crédito de US\$ 81,2 milhões, através das seguintes modalidades: “Empréstimo A no montante de US\$ 26,7 milhões indexados à taxa Libor por 5 anos que foi amortizado parcialmente em 15 de junho de 2019; Empréstimo B no montante de US\$ 34,5 milhões indexados à taxa Libor por 2 anos que foi liquidado integralmente em 15 de junho de 2019; MCPP empréstimo de US\$ 20,0 milhões indexados à taxa Libor por 5 anos que foi amortizado parcialmente em 15 de junho 2019. Em 26 de agosto de 2013, recebemos do DEG (*Deutsche Investitions-und Entwicklungsgesellschaft mbH*) um empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 8 anos indexado à taxa Libor. Em 13 de julho de 2017, recebemos do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos indexado pela taxa Libor.

b. Diversificação por prazo

	Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Sem vencimento	147.579	72.456	147.468	72.260
A vencer em até 3 meses	870.670	849.879	865.908	845.015
A vencer entre 3 e 12 meses	947.038	1.081.201	944.708	1.080.481
A vencer entre 12 e 36 meses	760.378	318.113	760.378	317.134
A vencer entre 36 e 60 meses	71.143	191.955	71.143	191.955
A vencer acima de 60 meses	-	68.179	-	68.179
Total	2.796.808	2.581.783	2.789.605	2.575.024

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2019	2018	2019	2018	2018
Operações de captações no mercado						
Depósitos interfinanceiros	3.685	7.089	5.683	6.816	5.399	
Depósitos a prazo	43.757	91.596	87.384	91.385	86.669	
Captações no mercado aberto	820	1.667	1.661	1.667	1.661	
Outros	14.799	30.932	41.065	30.932	41.065	
Total	63.061	131.284	135.793	130.800	134.794	
Obrigações por repasses no País	117	309	938	309	938	
Obrigações por repasses no exterior	21.141	30.651	86.106	30.651	86.106	
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	31.521	40.206	22.760	40.206	22.760	
Total	52.779	71.166	109.804	71.166	109.804	

18. Obrigações por empréstimos e repasses

a. Empréstimos no exterior - São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até dezembro de 2020.

b. Repasses no País - Referem-se a repasses de recursos do FINAME, com vencimento final em junho de 2021, sendo atualizados pela Selic.

c. Repasses do exterior - • Empréstimos Sênior - Em 26 de agosto de 2013, recebemos do DEG um empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 8 anos, indexado à taxa Libor. Esses contratos exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente. A última avaliação foi realizada em 30 de setembro de 2019. Esses recursos são destinados a empresas de médio porte, PMEs. Em 13 de julho de 2017, recebemos um novo empréstimo sênior junto ao DEG no valor de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos, indexado à taxa Libor. Esses recursos são destinados a empresas de médio porte, PMEs. • **IFC International Finance Corporation** - Em 1º de junho de 2017, o Banco Industrial do Brasil recebeu do IFC (*International Finance Corporation*) uma linha de crédito de US\$ 81,2 milhões nas seguintes condições: - Um empréstimo A no montante de US\$ 46,7 milhões pelo prazo de 5 anos (IFC + MCPP), que foram amortizados parcialmente em 15 de junho de 2019; - E um empréstimo B de US\$ 34,5 milhões por um prazo de 2 anos feito junto a um sindicato de bancos, que foi liquidado integralmente em 15 de junho de 2019. Esses recursos são destinados a empresas com mulheres em sua gestão.

19. Provisões, passivos, contingências ativas e passivas: O Banco e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais - As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia". Os processos de natureza fiscal e trabalhista seguem as normas do CPC 25, e os processos cíveis são calculados pela média histórica das perdas ocorridas. Existem 36 casos de reclamações trabalhistas classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos. O Banco e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não esperam a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas. O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões - A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controlador	
	2019	2018
Provisão para contingências	62.622	66.182
Trabalhistas	6.588	5.251
Outras contingências fiscais (*)	48.857	52.018
Cíveis (**)	7.177	8.913
Provisão para garantias prestadas	723	811
	63.345	66.993
Consolidado		
	2019	2018
Provisão para contingências	62.903	68.087
Trabalhistas	6.869	5.532
Outras contingências fiscais (*)	48.857	52.018
Cíveis (**)	7.177	10.537
Provisão para garantias prestadas	723	811
	63.626	68.898

(*) Outras Contingências Fiscais compreendem critérios de apuração de base de cálculo de PIS e COFINS; majoração de alíquotas de Contribuição Social, entre outros.

(**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

c. Movimentação das provisões

	Controlador				
	12.2018	2019			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	66.182	1.966	(7.456)	1.930	62.622
Trabalhistas	5.251	1.773	(436)	-	6.588
Outras contingências fiscais	52.018	-	(5.091)	1.930	48.857
Cíveis	8.913	193	(1.929)	-	7.177
Provisão para garantias prestadas	811	-	(88)	-	723
Total provisão	66.993	1.966	(7.544)	1.930	63.345

	Controlador				
	12.2017	2018			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para riscos fiscais	62.437	1.416	-	2.329	66.182
Trabalhistas	5.063	188	-	-	5.251
Outras contingências fiscais	49.689	-	-	2.329	52.018
Cíveis	7.685	1.228	-	-	8.913
Provisão para garantias prestadas	763	48	-	-	811
Total provisão	63.200	1.464	-	2.329	66.993

	Consolidado				
	12.2018	2019			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	68.087	1.966	(9.080)	1.930	62.903
Trabalhistas	5.532	1.773	(436)	-	6.869
Outras contingências fiscais	52.018	-	(5.091)	1.930	48.857
Cíveis	10.537	193	(3.553)	-	7.177
Provisão para garantias prestadas	811	-	(88)	-	723
Total provisão	68.898	1.966	(9.168)	1.930	63.626

	Consolidado				
	12.2017	2018			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	64.342	1.416	-	2.329	68.087
Trabalhistas	5.344	188	-	-	5.532
Outras contingências fiscais	49.689	-	-	2.329	52.018
Cíveis	9.309	1.228	-	-	10.537
Provisão para garantias prestadas	763	48	-	-	811
Total provisão	65.105	1.464	-	2.329	68.898

20. Outras obrigações

	Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	175	177	175	177
Carteira de câmbio (Nota Explicativa nº 11)	7.873	7.539	7.873	7.539
Sociais e estatutárias	6.562	11.543	6.562	11.543
Fiscais e previdenciárias	24.205	20.944	24.380	21.282
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	18.482	16.141	18.576	16.420
Impostos e contribuições a recolher	5.447	4.803	5.528	4.862
Provisão para imposto diferido	276	-	276	-
Negociação e intermediação de valores	740	63	740	63
Provisão para pagamentos a efetuar	8.246	7.431	8.274	7.470
Provisão para passivos contingentes (Nota Explicativa nº 19)	62.622	66.182	62.903	68.087
Provisão para garantias prestadas	723	811	723	811
Credores diversos – País / exterior	17.879	17.476	18.013	17.666
Diversas (*)	-	1	872	1.173
Total em curto prazo	129.025	132.167	130.515	135.811

(*) No Balanço Patrimonial Consolidado o saldo de Resultado de Exercícios Futuros foi reclassificado para a rubrica de "Diversas" em dezembro de 2019 e 2018 (R\$ 871 e R\$ 1.172 respectivamente).

21. Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas sem valor nominal, sendo 114.863.637 ordinárias e 58.152.330 preferenciais. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante legislação em vigor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

b. Reservas - Reserva de lucro - Reserva legal - A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. **Retenção de lucros - Reservas estatutárias** - O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, à disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas.

c. Dividendos - Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, ajustado consoante legislação em vigor. Durante o exercício de 2019, o Banco pagou a remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 31.600 (R\$ 33.800 distribuídos em 2018).

22. Despesas de pessoal

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Proventos	17.762	36.021	36.021	34.495	36.624	35.079
Benefícios (i)	5.837	10.846	10.846	11.654	11.141	11.916
Encargos sociais	5.919	11.132	11.132	10.746	11.346	10.931
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	2.737	5.466	5.466	4.907	5.466	4.907
Outros	119	221	221	274	221	274
Total	32.374	63.686	63.686	62.076	64.798	63.107

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale-transporte, entre outros.

23. Outras despesas administrativas

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Água, energia e gás	294	626	626	579	637	591
Aluguéis	1.080	1.481	1.481	869	1.533	925
Comunicações	1.411	2.780	2.780	2.237	2.805	2.264
Manutenção e conservação de bens	816	1.803	1.803	1.555	1.805	1.567
Material	162	325	325	434	328	437
Processamento de dados	3.536	6.811	6.811	6.861	6.881	7.020
Promoções e relações públicas	399	684	684	538	687	545
Publicações	124	352	352	317	363	325
Seguros	259	522	522	107	522	107
Serviços do sistema financeiro	495	1.254	1.254	1.095	1.296	1.129
Serviços de terceiros	2.410	4.267	4.267	4.020	4.293	4.053
Serviços técnicos especializados	2.050	4.058	4.058	4.186	4.150	4.277
Transportes	222	421	421	369	425	377
Viagens ao País / exterior	314	633	633	883	633	883
Multas aplicadas pelo Banco Central	-	-	-	2	-	2
Outras despesas administrativas	345	688	688	696	701	702
Depreciação / amortização	708	1.424	1.424	3.485	1.424	3.485
Total	14.625	28.129	28.129	28.233	28.483	28.689

24. Despesas tributárias

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tributos Federais / Municipais	774	1.300	1.300	998	1.351	1.052
ISS	428	967	967	841	1.069	962
COFINS	5.362	10.539	10.539	9.944	10.707	10.122
PIS	871	1.712	1.712	1.616	1.748	1.652
Outros	575	575	575	-	575	-
Total	8.010	15.093	15.093	13.399	15.450	13.788

25. Resultado outras receitas / despesas operacionais

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Outras receitas operacionais	6.474	8.064	8.064	3.041	8.064	3.041
Outras reversões operacionais	583	2.173	2.173	2.556	2.173	2.556
Outras	5.891	5.891	5.891	485	5.891	485
Outras despesas operacionais	(1.734)	(1.822)	(1.822)	(2.015)	(1.822)	(2.015)
Provisões contingências	(1.711)	(1.773)	(1.773)	(1.753)	(1.773)	(1.753)
Outras provisões	-	-	-	(237)	-	(237)
Outras	(23)	(49)	(49)	(25)	(49)	(25)
Total	4.740	6.242	6.242	1.026	6.242	1.026

26. Resultado não operacional

	2º semestre		Controlador		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receitas não operacionais	200	429	429	13.931	429	13.931
Lucro na alienação de valores e bens	200	429	429	13.931	429	13.931
Despesas não operacionais	(4.493)	(5.125)	(5.125)	(720)	(5.125)	(720)
Prejuízo na alienação de bens	(4.033)	(4.665)	(4.665)	(338)	(4.665)	(338)
Doações	(420)	(420)	(420)	(382)	(420)	(382)
Outras	(40)	(40)	(40)	-	(40)	-
Total	(4.293)	(4.696)	(4.696)	13.211	(4.696)	13.211

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019***(Em milhares de Reais)*

27. Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais: O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 15,1% em 2019 (15,8% em 2018).

	Consolidado	
	2019	2018
Patrimônio de referência	540.484	510.132
Títulos Patrimoniais	10	10
Patrimônio de referência para limite de imobilização	540.474	510.122
Patrimônio de referência total	540.484	510.132
Patrimônio de referência (a)	540.484	510.132
Alocação de capital por risco		
RWAcpad – crédito	236.682	227.840
RWAcam – câmbio	24.100	27.029
RWAjur – mercado	34	32
RWAopad – operacional	25.579	23.494
Patrimônio de referência exigido (b)	286.395	278.395
Margem (a - b)	254.089	231.737
Rban - Juros carteira não negociável	(31.698)	(29.338)
Margem (a - b)	222.391	202.399
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	3.579.940	3.227.766
Índice de Basileia (a/c)	15,1%	15,8%

(i) A partir de 1º de janeiro de 2019, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8% do RWA (*Risk Weighted Asset*) com base no Patrimônio de Referência.

28. Valor de mercado dos instrumentos financeiros: As demonstrações financeiras são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações do Banco e de suas controladas. O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados ou não em contas patrimoniais, aproxima-se do valor que por eles poderia-se obter através de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado. Isso não aplica-se aos itens a seguir, para os quais demonstramos o valor contábil e o respectivo valor que seria obtido no mercado ativo ou o valor presente do fluxo de caixa, que denominamos valor de mercado. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Banco foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. O Banco e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

	2019		
	Valor contábil	Valor de mercado	Ganho / (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito	2.765.605	3.117.792	352.187
Passivos			
Depósitos	2.205.956	2.211.773	(5.817)
Recursos de repasses	263.975	280.952	(16.977)
Total			329.393
Ativos			
Operação de crédito	2.495.315	2.739.670	244.355
Passivos			
Depósitos	2.113.691	2.118.271	(4.580)
Recursos de repasses	433.295	443.230	(9.935)
Total			229.840

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, investimentos e dívidas subordinadas: baseiam-se em cotações de preços de mercado na data do balanço. Se não houvesse cotação de preços de mercado, os valores seriam estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. Operações de crédito prefixadas: foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pelo Banco e por suas controladas em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço. Depósito a prazo, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses: foram calculados mediante o desconto da diferença entre fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço. Limitações: Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Garantias - O Banco e suas controladas na formalização de seus instrumentos financeiros não contam com garantias que possam ser vendidas ou repenhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor, conforme preceitua o item 15 do CPC 40.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de Reais)

29. Transações com partes relacionadas: Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº 14 (Participações em controladas). Além desses valores, os depósitos a prazo, letras de crédito imobiliário e letra de crédito do agronegócio com partes relacionadas totalizam R\$ 78.601 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 80.549 em 31 de dezembro de 2018), cujas taxas estão entre 95% a 107% do DI, com prazos de vencimento até dezembro de 2021. Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros. (Artigo 6º do Estatuto Social do Banco). No exercício de 2019, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$ 5.466 (R\$ 4.907 em 2018). As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil "Despesas de honorários – Diretoria e conselho de administração". A remuneração da Administração foi fixada em R\$ 10.000 na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2015. Os diretores não são acionistas do Banco e não tinham opções de compra de ações outorgadas pelo Banco.

30. Compromissos e responsabilidades: As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$ 146.414 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 180.363 em 31 de dezembro de 2018).

31. Seguros: O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto à Tokio Marine Seguradora S.A., com vigência de 17 de junho de 2019 a 17 de junho de 2020, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

Local de risco

	Valor em risco
Matriz	100.000
Ag Campinas	600
Ag Curitiba	600
Ag RJ	500
Ag Goiânia	500
Ag Salvador	300
Ag Rio Branco	150
Ag Manaus – Em fase de registro	150
Ag Macapá	100

A apólice inclui ainda sublimites conforme descrito a seguir:

Cobertura do seguro

	Sublimites
Incêndio / raio / explosão / implosão / fumaça	100.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas decorrentes da cobertura básica)	18.000
Vendaval / furacão / impacto de veículos / queda de aeronaves / granizo / tornado	3.000
Responsabilidade civil operações	2.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Alagamentos / inundação	500
Roubo e furto de bens	500
Danos elétricos	500
Responsabilidades contingentes	200
Responsabilidade garagista / incêndio / roubo	300
Perda e/ou pagamento de aluguel	500
Despesas com desentulho do local em decorrência de incêndio, raio e explosão	200
Quebra de vidros	200
Roubo no interior do estabelecimento	100
Vazamento acidental de tanque, ruptura encanamento ou tubulações do imóvel	200
Roubo fora do estabelecimento	100
Fidelidade de empregados	1.000

32. Outras informações: a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários. b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

33. Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controlador			Consolidado	
	2º semestre	2019	2018	2019	2018
No início do período	661.159	371.969	370.188	372.116	370.307
Disponibilidades	26.760	8.937	16.481	9.084	16.600
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	634.399	363.032	353.707	363.032	353.707
No final do período	345.688	345.688	371.969	345.755	372.116
Disponibilidades	19.088	19.088	8.937	19.155	9.084
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	326.600	326.600	363.032	326.600	363.032

(*) As aplicações interfinanceiras de liquidez (aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira), caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalentes de caixa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

DALMO GOES - Contador

CRC 1SP 144.600/O-2 - CPF 028.235.258-90

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Industrial do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como controlador e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais para o semestre e exercício, e consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Industrial do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o semestre e exercício, e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – individual e consolidado - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.º e 10, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito, adiantamentos de contratos de câmbio e operações de compras de ativos) em nove níveis de risco, com base em metodologia interna, que leva em consideração fatores como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais requisitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Com base na carteira de crédito classificada em cada um dos níveis acima aplicam-se percentuais mínimos para apurar o montante de Provisão a ser registrado. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco sobre a classificação de risco, de forma que a provisão para créditos de liquidação duvidosa represente a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira na data-base das demonstrações financeiras. Devido a relevância das operações de crédito e do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa e o fato de o cálculo da referida provisão se basear em premissas e metodologia interna e envolve julgamento na data – base das demonstrações financeiras, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto - Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3.º e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível de provisionamento é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado - As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício, e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação complementar com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores - A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de janeiro de 2020.